

43o ENCONTRO DA ANPOCS

SPG28: SOBRE PERIFERIAS URBANAS

**Às margens da experiência universal: periferia como categoria êmica na Frente de
Mulheres Negras de Campinas e Região**

Julia de Souza Abdalla¹

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Pesquisa financiada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Resumo:

A noção de periferia, marcadamente polissêmica, é central no ativismo da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região. Os usos do termo congregam elementos geográficos e territoriais, sociais, políticos e subjetivos; ordenam e enquadram os entendimentos de si e as leituras da sociedade dessas mulheres; orientam/direcionam seus objetivos e estratégias políticas; formalizam um lugar compartilhado que ocupam em suas experiências. Neste texto, tomando “periferia” como categoria êmica, argumento que, ao longo da formação da Frente, essa categoria desempenhou um papel destacado na elaboração de alianças entre grupos e indivíduos distintos, sendo essa amplitude e variedade de sentidos fundamental para que a ideia marcasse um espaço compartilhado entre as participantes e grupos. Para isso, abordo a construção dessa ideia na organização da militância de Campinas, entendendo a polissemia como uma espécie de herança e disputa entre essas várias concepções. Nesse processo, a Frente se torna um ambiente de convergência e disputa das variadas percepções teórico-políticas da periferia, a partir das quais ordena e expande seu projeto político.

Introdução

Esse artigo sistematiza e discute alguns dos resultados parciais de minha pesquisa de doutorado, intitulada provisoriamente *Intelectuais, ativistas, aliadas: sentidos da interseccionalidade na práxis emancipatória da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região*, que tem por objetivo entender que forma diversos marcadores de desigualdade estrutural (como raça, gênero, classe e sexualidade), pensados como indissociáveis no campo do ativismo, são articulados e moldam a prática política e intelectual de mulheres negras - isto é, compreender de que forma aparecem e são discutidas essas intersecções no grupo, seja em suas ações políticas, seja nas trocas entre as participantes e sua formação discursiva e reflexiva comum. Para isso, o trabalho de campo com a FMNCR, que ocorreu entre agosto de 2016 e julho de 2018, foi composto por uma etnografia das relações (Kofes, 2011)², bem como por aproximadamente 20 entrevistas com as participantes.³

Fruto de uma agenda política precedente, a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região foi formada em 2015 para organizar a ida das mulheres de Campinas à Marcha das

² Isto é, uma etnografia não fixa em um espaço ou grupo social delimitado, mas que se move juntamente ao objeto, buscando observar *relações e interações* (Kofes, *ibidem*, pp.20-21).

³ Não foi possível, pelas mais variadas razões (disponibilidade de horários, recusas e mesmo saídas do grupo e mudanças de cidade) entrevistar todas as integrantes da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região. Dentre as entrevistadas - em geral, as participantes mais assíduas do grupo -, algumas foram entrevistadas mais de uma vez.

Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem-viver, em novembro daquele ano. Ela é construída como um espaço de mobilização permanente, voltado à articulação das demandas de mulheres negras em diversas posições na malha social em uma agenda unificada. A participação na Frente é reservada a coletivos e movimentos sociais representados por integrantes de seus quadros, as quais devem vincular as preocupações de seus coletivos a essa agenda unificada e mediar uma troca de conhecimento e alianças políticas nos dois sentidos. Assim, a FMNCR é um ambiente em que são veiculadas primordialmente narrativas e demandas formuladas por movimentos sociais e associações (e não individuais). Os aproximadamente vinte coletivos que integram a Frente têm diferentes longevidades, histórias e propostas de ação, embora algumas linhas principais de atuação sejam perceptíveis.⁴ Essas diferenças são replicadas entre as representantes: mulheres de 19 a 78 anos, com trajetórias distintas de vida, profissões, classes, religiões, partidos políticos, níveis de acesso à educação formal, experiências como militantes, etc.

Nesse artigo, especificamente, me volto à categoria *periferia* conforme empregada pelas participantes e grupos da FMNCR, analisando seu conteúdo e as formas e objetivos subjacentes à sua mobilização na associação. Essa questão surge ao longo do trabalho de campo, no qual as várias menções à categoria em suas falas, atividades e mesmo na agenda unificada desenvolvida pela organização indicavam que as diferentes análises, preocupações e visões de mundo das participantes⁵ convergiam na categoria *periferia*.⁶ Ao mesmo tempo em que denota um território comum, a polissemia do termo e as diferentes posições políticas e estratégicas em que a categoria aparece nos debates evidenciam diferentes percepções e usos do termo pelas participantes. Nessas falas, *periferia* aparece como um setor ou recorte específico de demandas sociais; um eixo ou marcador identitário; uma ferramenta analítica estratégica para a formulação de proposições e pautas políticas; um espaço comum de organização ou categoria de alianças na prática política; entre outros.

⁴ A FMNCR é composta por aproximadamente 20 movimentos sociais, coletivos e associações (esse número varia ao longo de sua existência, mantendo-se sempre próximo a vinte). Dentre estes, há uma preponderância de grupos com propostas anti-racistas e de grupos feministas populares, além de grupos mais jovens.

⁵ O que por vezes acontecia também por parte dos presentes, quando a atividade era aberta ao público.

⁶ O que não significa que esse seja o *único* ou *principal* campo compartilhado pelas mulheres da FMNCR.

Por um lado, portanto, *periferia* aparece, então, como “uma unidade consistente [...], experimentada e reconhecida pelos atores sociais [e] identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos mais gerais, constitutivos” (Magnani, 2013, p.57), isto é, como, ao mesmo tempo, um *princípio de sentido*, determinando o pertencimento à comunidade por meio de uma “experiência concreta e compartilhada” (*Idem, ibidem*), e um (possível) princípio de inteligibilidade, que auxilia na compreensão daquilo que permite que as mulheres da FMNCR se entendam como um grupo que partilha experiências e demandas, ainda que seus discursos tendam a enfatizar suas heterogeneidades (*idem, ibidem*). As diferentes mobilizações da ideia, por outro lado, impõem a pergunta: do que se fala quando se fala de periferia? Que sentidos essa ideia toma nos diferentes discursos enunciados na FMNCR?

No que se segue, proponho analisar a categoria *periferia* conforme encontrada na FMNCR considerando três camadas ou linhas narrativas. Na primeira parte do texto, reconstruo as histórias e relatos acerca da formação inicial das periferias campineiras conforme relatadas por membros de grupos anti-racistas voltados à memória da população negra local⁷ e da associação local trabalhadoras sexuais, a Associação das Mulheres Guerreiras.⁸ Nesses discursos, a periferia é construída por meio um nexo entre escravidão, ocupação da rua e representações sociais estereotipadas, por um lado, e seus desdobramentos práticos, as políticas de deslocamento forçado e os projetos urbanísticos de tom modernizador, por outro. Segundo, apresento alguns discursos formulados por grupos e movimentos de mulheres organizados nos bairros a partir dos anos 1970. Aqui, no lugar da formação da periferia, aparecem como centrais, primeiro, as experiências de privação e injustiça vivenciadas nela e, num segundo momento, a posição das mulheres na sociedade e política. Por fim, trato de discursos sobre a periferia forjados em grupos mais recentes e compostos por militantes mais jovens, iniciados nos anos 2000 e 2010⁹, os quais, em diálogo com as proposições anteriores, vinculam a noção às ideias de privilégio e acesso.

⁷ Feconezu, Casa de Cultura Tainã, Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, Jongo Dito Ribeiro.

⁸ Esses grupos se encontram associados por terem vivenciado situações semelhantes na mesma época e em função de projetos urbanos e sociais próximos. Em outros sentidos, a Associação das Mulheres Guerreiras seria melhor enquadrada como um grupo feminista popular ou associação de classe. Para uma auto-descrição sintética de suas propostas e organização, ver: <https://www.nswp.org/members/latin-america/associação-mulheres-guerreiras>

⁹ Embora outras autoras (Alvarez, 2014; Rios e Maciel, 2018) já tenham classificado esses dois períodos como distintos em termos de estilo político, discursivo e de ações, em Campinas, por conta do contexto específico no

Sem pretender dar conta de *todas* as possibilidades analíticas da periferia nos grupos e discursos da FMNCR, essa classificação distingue as principais linhas discursivas encontradas no grupo, que podem ser atreladas, de forma abrangente, aos movimentos negros culturais, feminismos populares e feminismos interseccionais. As narrativas, costuradas usando uma série de histórias herdadas, conhecidas, a própria história ou trajetória pessoal e uma série de pesquisas, reconstituem uma versão na primeira pessoa (geralmente, do plural) da história de Campinas, a formação dos bairros negros, zonas de indesejados, a vida nas periferias e as disputas políticas empreendidas por direitos e bens sociais. Ao longo das três narrativas, a questão territorial é deslocada e realocada em relação aos diferentes corpos que a vivenciam e interpretam, os quais, muitas vezes, tomam prioridade na narrativa. A reconstituição dessas três linhas narrativas parte das falas das participantes da FMNCR e seus interlocutores em eventos, reuniões e debates que o movimento organizou ou participou durante o trabalho de campo, assim como das entrevistas realizados. Segue, portanto, os fios narrativos mobilizados pelas narradoras e narradores desses grupos,¹⁰ detentores da chancela dos movimentos sociais e guardadores da memória das comunidade,¹¹ olhando para a periferia *conforme apresentada por eles*. O uso das fontes bibliográficas - muitas das quais são também usadas pelos ativistas - não visam, portanto, checar ou conferir a veracidade dos relatos, mas complementar suas menções e relatos, já que raramente essas histórias são contadas de forma sistemática; ao contrário, são geralmente mencionadas em falas curtas e fragmentos.¹²

“*Marginais e vadias são os donos das ruas*”¹³: a construção histórica da periferia campineira

que se refere às políticas sociais dos anos 2000, esses dois grupos aparecem muitas vezes próximos ou misturados.

¹⁰ Esses narradores podem ou não participar diretamente da FMNCR. No segundo caso - exclusivo aqui a Antônio Carlos Silva, bastante citado na primeira parte do texto - tratam-se de aliados da organização e figuras de respeito nas comunidades periféricas campineiras.

¹¹ O que não significa que tenham domínio exclusivo sobre essas histórias, mesmo dentro dos próprios movimentos, nem que as reproduzam a partir de uma posição neutra ou passiva.

¹² Uma exceção seria a roda de conversa *Memória do movimento negro em Campinas*.

¹³ Empresto o título de Diana Helene Ramos (2019, p.81).

A frase acima, título de uma reportagem publicada pelo Correio Popular de Campinas em 24 de dezembro de 1966, ilustra um processo amplo e contínuo de remodelação de Campinas, que se inicia no pós-abolição e chega ao seu ápice entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse processo, narrado por grupos anti-racistas de atuação cultural e trabalhadoras do sexo como violento, higienizador e ambíguo, esses grupos foram empurrados praticamente em sua totalidade para bairros afastados do centro, para além da Rodovia Anhanguera,¹⁴ formando as primeiras periferias campineiras.¹⁵

As memórias¹⁶ que remetem à escravidão descrevem Campinas como profundamente dependente do trabalho escravo (“a capital da escravaria”)¹⁷, especialmente resistente à abolição (“a última cidade a abolir a escravidão, no país que foi um dos últimos a abolir a escravidão”)¹⁸, e onde um histórico de desmesurada crueldade e punitividade em relação aos escravizados teriam ganhado fama dentro e fora da cidade e passado a integrar o imaginário popular da e sobre ela. Considerando o histórico de levantes, revoltas, assassinatos, processos jurídicos e outras táticas empregadas pelos escravizados e seus aliados,¹⁹ os registros de trabalho escravizado no pós-abolição (cf. nota 37) e as condições de libertação que relegaram os ex-escravizados e seus descendentes à marginalidade e à pobreza, essa percepção sobre a

¹⁴ Pavimentada em 1948.

¹⁵ Considerando que Campinas recebia imigrantes europeus desde aproximadamente 1882 e que a própria Vila Industrial, construída nos primeiros anos do Século XX, abrigava um grande número de imigrantes pobres, a pobreza não era, a esse tempo, exclusivamente negra. No entanto, a diferença do tratamento reservado à pobreza da população negra e ex-escrava e, por outro lado, ao “lado branco da pobreza” (Maciel, 1985, p.48), por exemplo, na mídia campineira da época, permite perceber o alvo primordial do incômodo e da intervenção das elites e do Estado como a população negra. Cf.: Maciel, 1985, pp.48-50.

¹⁶ As quais são apresentadas ora como transmitidas intergeracionalmente, ora como resultado de uma empreitada de pesquisa e reconstrução coletiva. Para uma análise da memória negra nos movimentos negros de atuação cultural e artística em Campinas, ver: Giesbrecht, 2011a, 2011b)

¹⁷ Segundo Robert Slenes (1987), foi em meados do Século XIX que Campinas, até então um pequeno povoado, teria vivenciado uma “revolução econômica e demográfica” (p.78), explicável, primeiro, pela ampliação da produção açucareira na região a partir da revolução do Haiti, finalizada em 1804 e “que eliminou a colônia francesa como exportadora de açúcar e provocou uma subida vertiginosa do preço mundial desse produto” (*idem, ibidem*). Em um segundo momento, entre 1840 e 1860, o açúcar daria lugar à produção de café, provocando novo crescimento da população escravizada, tanto africana quanto crioula. Mesmo após a proibição do tráfico internacional de escravos, a população escravizada de Campinas continua crescendo, embora num ritmo menor, devido ao tráfico interprovincial ou vindo de municípios vizinhos (*idem, ibidem*). Além de crescente, a população escravizada em Campinas chegou ao dobro de qualquer outra cidade paulista (Xavier, 1993) e a população negra campineira é significativa desde 1770, chegando a ser majoritária em alguns momentos históricos (Xavier, 1993; Ribeiro, 2016; Baeninger, 1996).

¹⁸ Fala de Cristiane Anizeti, em evento em outubro de 2016.

¹⁹ Cf., por exemplo: Pirola, 2005, 2012; Xavier, 1993; Ribeiro, 2016.

cidade colonial parece estabelecer vínculos com a contemporaneidade a partir da ideia de um *território político*:

(...) quando a gente afirma que Campinas é a última cidade a abolir a escravidão não é uma questão geográfica, é uma questão política. Geograficamente, no território brasileiro, com certeza teve territórios que só ficaram sabendo que acabou a escravidão depois. Mas *território político*, até 1920, Campinas praticou escravidão dentro de um cenário político em que sabia que não tinha mais escravo. Então, *é uma imposição de um poder sobre uma lei que é maior.*²⁰

Nesse “território político”, denominação que parece conectar passado e presente nas narrativas desse grupo, a importância da abolição é esvaziada e as condições inóspitas da população negra no pós-abolição tomam o primeiro plano.

O alforriados pela lei áurea passaram a viver, juntamente a outros libertos, em cortiços e habitações precárias na região central, especialmente no bairro Cambuí (Helene, 2019; Maciel, 1985; Ribeiro, 2016; Giesbrecht, 2011b).²¹ Já nas primeiras décadas após a abolição, destaca-se a tentativa de impedir o acesso dos negros a uma série de espaços, seja por recusa dos proprietários desses locais ou por ações policiais geralmente demandadas pela população,²² assim como a construção dos cortiços e habitações precárias como um problema social a partir da mobilização de argumentos relativos à moralidade e às necessidades sanitárias da cidade.²³ Enquanto tal, “os cortiços foram temas recorrentes nas páginas do *Diário do Povo*” (Ribeiro, 2016, p.110) e outros jornais da sociedade campineira, que os descreviam como superlotados, “insalubres e focos permanentes de doenças e epidemias”

²⁰ Entrevista Alessandra Ribeiro Martins, integrante da FMNCR e liderança da Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira e do Jongo Dito Ribeiro, em junho de 2018.

²¹ Tanto o Cambuí como bairros para os quais a população negra e outros grupos migraram posteriormente, como o Taquaral, ainda hoje (ou seja, após a formação de uma série de outros bairros de classe alta e do intenso movimento de auto-segregação das elites em condomínios) constituem redutos da antiga classe alta campineira.

²² o racismo era perceptível, com destaque, “na forma de ação que objetivava impedir ou restringir a presença dos negros em determinadas áreas públicas” (*Idem*, p.10), geralmente “denunciada” por membros da sociedade branca e executada pela polícia. “o racismo apresenta-se principalmente pela mão da polícia em sua arbitrariedade e violência, e caracteriza-se principalmente pela tentativa de interceptar a participação do negro nas atividades e espaços públicos” (*Idem, ibidem*, p.12). Os jornais da imprensa negra campineira no pós-abolição eram forrados de reclamações de cerceamento de mobilidade de pessoas negras (Maciel (1985, pp.12-14), como o seguinte: “Não temos barbeiros, não temos sapateiros, nem alfaiates, não podemos entrar em hotéis, nos bares, nas lojas, nos teatros...breve...seremos expulsos dos bondes e enxotados dos trens, ficando mesmo sem o direito de transitar pelas calçadas” (pp.13-14).

²³ Nos dois anos seguintes à abolição e, com menor concentração, nas décadas que se seguiram, a cidade foi palco de uma série de epidemias de varíola, febre amarela, gripe espanhola e outras doenças, as quais geraram desordem e protestos que cobravam providências do governo, em especial quanto os cortiços e ocupantes da rua. Dentre as medidas tomadas para a redução das epidemias, esteve incluída a invasão e desalojamento de cortiços “considerados promíscuos e sujos” (Maciel, *ibidem*, p.20).

(*Idem, ibidem*, p.109). Segundo Maciel (*ibidem*, p.24), elementos do imaginário social acerca dos cortiços como “desemprego, fome, relações matrimoniais informais, instabilidade emocional e violência (...) eram comuns e muito presentes na vida cotidiana dos cortiços, os quais muitas vezes foram comparados a antros de vagabundos e redutos de outros desclassificados” (*Idem, ibidem*), assim como às senzalas.²⁴

As várias intervenções do poder público (em especial da polícia) sobre os cortiços e ocupantes da rua, assim como as movimentações da sociedade campineira nos veículos da imprensa e em protestos, solicitando o “encaminhamento” e a “sanitarização” da cidade central, voltavam-se também a grupos específicos, como mendigos e “vagabundos”²⁵ e “malandros”. Dentre eles, “havia também a vagabundagem específica das mulheres “de vida fácil”, prostitutas, que “nessas condições são piores que os homens”, constituindo motivo de muitos pedidos à polícia para que tomem as providências cabíveis” (Maciel, *ibidem*, p.85, grifos meus).²⁶ Levando em conta a predominância de indivíduos negros nos grupos focalizados e que “para as mulheres negras, a prostituição era sempre uma ameaça que as perseguia a cada minuto, da infância à morte” (Maciel, *ibidem*, p.89), explica-se, em grande medida, a semelhança dos relatos.

Embora essas narrativas e questões caminhem paralelamente na esfera pública campineira pelo menos desde a abolição,²⁷ é a partir dos anos 1950 que elas são articuladas e postas em marcha com mais firmeza. Nesse período, em que se intensificam as manifestações públicas contra os cortiços e os diversos ocupantes da rua (Helene, *ibidem*, p.63-4), planos urbanísticos e sanitários, e operações policiais de dispersão e fiscalização urbana aparecem como os principais instrumentos de um reordenamento do espaço público da cidade e dos usos legítimos e aceitos. Vinculados à ideia de *modernização/modernidade* - isto é, do apagamento

²⁴ Em fevereiro de 1892, mobilizando esse termo de comparação, o Diário de Campinas lamenta: “Campinas não se libertou desses antros” (Maciel, *ibidem*, p.23).

²⁵ Acerca da distinção entre “mendigos” - incapacitados de trabalhar por razões de doença física e/ou mental - e “vagabundos” - os quais, supostamente, estariam nas ruas por vontade própria - operada pelo poder público nas primeiras décadas após a abolição, ver Maciel, *ibidem*, pp.83-7.

²⁶ Os trechos citados por Maciel são retirados de edições do jornal *A cidade de Campinas* publicadas na primeira década do século XX.

²⁷ “Em 1985, o Diário de Campinas pediu que a prostituição fosse restringida a apenas uma região e não espalhada por todas as ruas, para não prejudicar as famílias que não queriam morar vizinhas a estas mulheres” (Maciel, 1985, p.88)

dos traços coloniais - esses planos respondiam à necessidade, percebida simultaneamente pelas elites, poder público e agentes do mercado imobiliário, de “adequar as cidades brasileiras aos novos preceitos de espaço público” (Helene, 2019, p.73). Esses preceitos substituiriam o antagonismo colonial entre a rua - um “lugar marginal, indecente e subalterno” (*Idem, ibidem*, p.73), ocupado historicamente “pelos não-brancos/as e negros/as (“cativos” ou “forros”)” (*idem, ibidem*) - e os espaços fechados, próprios à convivência das elites, por um crescente uso da rua pelas classes altas, transformando e valorizando os usos do centro. Nesse sentido, as operações policiais e judiciais voltadas à remoção dos indesejados, bem como a especulação imobiliária, foram centrais à efetivação desses planos.

Destacam-se o Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, entregue em 1938 e cuja execução se daria ao longo das décadas seguintes, e a “Operação Limpeza”, como ficou conhecido o processo sistemático de expulsão, prisões e agressões policiais contra trabalhadoras sexuais e estabelecimentos de prostituição no centro de Campinas, especialmente a partir de meados dos anos 1940. No primeiro caso, o efeito da aplicação desse plano não apenas expulsou a população pobre e negra para ainda mais longe do que o “outro lado da linha férrea”²⁸, mas também suprimiu os lugares em que a memória negra da cidade era mais viva e manifestações de religiosidade e cultura negra²⁹. O sucesso do segundo também pode ser medido pela transformação da cidade, que passou, dos anos 1940 ao início dos 1970, de “muito bem servida de casas de prostituição, boates, bares, trottoir de rua, numa geografia de prazeres a permear vários pontos da cidade” (Negrão, 2013, p.4) à possuidora de uma “zona simbólica de confinamento” da prostituição (Tavares, 2014, p.), o Jardim Itatinga.³⁰ Assim, até o fim da década de 1960, já haviam sido loteados e parcialmente ocupados uma

²⁸Ver Helene, 2019, p. 77-8.

²⁹ Esse argumento, fortemente avançado por vários dos narradores aqui mencionados e fundamentação para a organização de vários movimentos negros como voltados à recuperação de um “passado negro campinero” que teria se manifestado em uma série de reuniões culturais e políticas, até os anos 1960. Rede de clubes. A repressão às manifestações culturais da população negra já aparecem no trabalho de Maciel, isto é, entre a abolição e os anos 1930 (p.14).

³⁰ Com isso, não sugiro que a disputa tenha sido encerrada ou que não existam mais trabalhadoras sexuais no centro de Campinas, mas apenas marcar a historicidade dessa disputa, que permanece ativa. Tampouco o deslocamento de parte significativa da prostituição em Campinas para a “zona confinada” do Jardim Itatinga significou o encerramento da perseguição e disputa por terra das trabalhadoras sexuais nele empregadas. Ver: Helene, 2019, cap. 1.

série de bairros que constituem a primeira periferia campineira, como o próprio Itatinga e o São Bernardo - “o bairro que é feito para tirar os negros do bairro nobre”³¹.

Como o nome “Operação Limpeza” sugere, esses planos, bem como os eventos que os precederam e estimularam, foram sustentados por representações sociais depreciativas dos grupos enfocados, pautadas em oposições absolutas entre moralidade e indecência, anomia e normalidade, desordem e ordem social, limpeza e sujeira. Em ambos os casos, essas *imagens de controle*³² (Collins, 2000) foram centrais na construção da aliança entre opinião pública, poder público (polícia e planejamento urbano) e mercado imobiliário que permitiu que “o projeto de higienização da cidade”³³ tomasse prumo. Além da relação constituída entre a população negra e pobre e epidemias, conflito e algazarra (sem esquecer que as prostitutas, em sua maioria negras, eram uma das faces dessa imagem tanto quanto os ‘malandros’, ‘capoeiristas’ e outros mais), tem destaque a relação entre mulheres “direitas” e “mundanas”³⁴, também central no processo de confinamento da prostituição. Em uma palavra,

A presença da prostituição espalhada pela cidade, convivendo no mesmo espaço físico vital de ‘família’ proporcionava uma mistura desordenada entre duas categorias sociais distintas, isto é, uma situação social de ambiguidade, pelo fato de que os homens, em busca de ‘programas, perturbavam a tranquilidade de ‘senhoras’ e ‘senhoritas’ de ‘família’, confundindo-as com ‘putas’. (Mazzariol, 1977, p.11)

Assim, à medida em que as classes altas, e sobretudo as *mulheres* dessa classe, passam a ocupar as ruas, amplia-se a percepção de que a prostituição estava *fora de lugar*.

Segundo Regina Mazzariol (1977), a demarcação de uma “zona confinada” para a prostituição em Campinas demarca sua função como “mal necessário” - isto é, como algo que deve ser escondido ou confinado, pois perturba a ordem, mas não eliminado, pois também contribui para ela - no caso da prostituição, enquanto manutenção da ordem matrimonial e “alívio aos impulsos da idade” (Helene, *ibidem*, p.66). Nesse sentido, a fala seguinte também enfatiza Referindo-se à demolição de um clube negro no São Bernardo em sua infância, Antônio Carlos Silva diz:

³¹ Fala de Antonio Carlos Silva, *idem*.

³² Em uma palavra, representações sociais estereotipadas e baseadas em oposições binárias, as quais servem à manutenção do status social inferior de grupos subordinador. Cf. Collins, 2000, cap.3.

³³ Fala de Antonio Carlos Silva, principal administrador da Casa de Cultura Tainã, na roda de conversa *Memórias do movimento negro em Campinas*, em 19 de setembro de 2017, no Museu da Imagem e do Som de Campinas.

³⁴ Ver Negrão (2013b), Helene (2019).

E aí derrubaram aquilo ali e fizeram o tal do parque infantil.³⁵ Então assim, o território sendo invadido de novo. *Nós somos desterritorializados*, entende, e aí eles começam uma desconstrução... *O que é nosso não cabe*. Tirou o clube. (...). Então, eu começo dentro da escola, do espaço educativo, a perceber que ser negro no Brasil não é um negócio muito legal. E aí eu começo a ver minha mãe, minhas irmãs como empregadas domésticas, a história das mulheres nessa cidade. Chamo atenção de vocês porque até hoje tem a linha que liga com o Cambuí... a linha de ônibus, foi a linha principal da cidade, acho que uma das primeiras a ser criadas, Cambuí-São Bernardo, porque *a mão de obra escrava continuava lá no bairro e eles precisavam ir desse lado. Para morar não, mas para trabalhar sim*. Aí eu começo a ver isso na relação das mulheres, de trabalho, dentro da casa das patroas. Fiz uma música também que chama “Realidades Paralelas” para a minha mãe e para a Laudelina de Campos Melo, que é minha mãezona também, que também me cuidou muito.³⁶

Salientando as conexões “funcionais” estabelecidas entre os bairros pobres (e negros) e as áreas centrais e de classe alta, Silva aponta para uma configuração racializada (e gendrada) do território³⁷ com uma lógica relacional similar à verificada no confinamento das prostitutas: em ambos os casos, encontramos uma relação simultaneamente de *controle e confinamento* e *complementaridade e dependência*. Ainda, evidencia que o deslocamento não encerra a disputa com o poder público.

“Mulher quer o direito de decidir”³⁸: feminismo popular e as mulheres como ‘a periferia da periferia’

³⁵ Segundo ele, uma espécie de creche e escola infantil.

³⁶ Idem fala anterior.

³⁷ Uma conexão semelhante é encontrada em uma notícia de 1923, publicada no *Correio Popular* e reportada por Maciel (1985, p.87). A reportagem, intitulada “Contra a Vagabundagem”, dizia: “Mais uma campanha feliz iniciou a polícia local (...) hostilidade contra as pretas sem ocupação (...) percorreram vários cortiços prendendo mulheres ali residentes (...). *O resultado dessa campanha será de benefício para as donas de casa que lutam com a falta de empregadas de cor de Campinas com um aparelhamento completo em matéria de sociedade*, como se pode verificar” (grifos meus). Mais para frente, na página 104, o autor explica que essa campanha prendia as mulheres e as “oferecia” como trabalhadoras domésticas para as famílias. Vale destacar que uma concepção bastante semelhante é encontrada em análises de contextos nos quais a segregação era legalmente embasada. Por exemplo, bell hooks descreve a segregação no sul dos Estados Unidos de forma bastante semelhante à de TC: “Estar à margem é ser parte do todo, mas fora do corpo principal. Para estadunidenses negros em uma pequena cidade do Kentucky, a linha do trem era uma memória constante da nossa marginalidade. Do outro lado daqueles trilhos estavam ruas pavimentadas, lojas nas quais não podíamos entrar, restaurantes nos quais não podíamos comer, e pessoas em cujo rosto não podíamos olhar. Do outro lado daqueles trilhos estava um mundo no qual podíamos trabalhar como faxineiras, zeladores, prostitutas, desde que fosse em uma capacidade de serviço. Podíamos entrar naquele mundo, mas não podíamos viver nele. Tínhamos sempre que voltar às margens, ao outro lado dos trilhos, para os barracos e casas abandonadas na borda da cidade” (hooks, 1984, xvi).

³⁸ Título da reportagem sobre a primeira Semana da Mulher organizada pela Igreja Católica, em 1980, publicada pelo jornal *Correio Popular* dias depois do evento.

A segunda linha narrativa acerca da periferia na FMNCR parte dos anos 1970, o período subsequente ao apresentado acima, no qual foi implementada uma nova rodada de “melhoramentos urbanos”, adensando o pólo tecnológico e científico campineiro³⁹ e conformando-o como regionalmente relevante. Para Fonseca (2014), esses empreendimentos resultarão em uma renovada e intensificada segregação territorial, devido tanto ao encarecimento ainda maior das áreas centrais, que inviabilizava uma ocupação mais diversificada, quanto pelo loteamento e construção de novas áreas, geralmente ainda mais afastadas da malha urbana do que o grupo anterior, como os Distritos Industriais de Campinas (DIC). Assim, o enfrentamento com o poder público se desloca da disputa pelo centro da cidade e passa a ter como palco a própria periferia, com um grande crescimento das ocupações e favelas,⁴⁰ o aumento da violência e a constante vigilância por parte de agentes públicos e privados nas disputas por terra urbana (por exemplo, nos processos de remoção forçada dos ocupantes de terra).⁴¹

Por conseguinte, nesse período especialmente intenso da disputa por terra e condições de vida na cidade, uma série de organizações são formadas,⁴² tendo por suporte organizativo, inicialmente, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, grupos da igreja católica

³⁹ Nos anos 1970, além da duplicação da Anhanguera, foram construídas as rodovias: Santos Dumont; Dom Pedro I, que liga Campinas ao Vale do Paraíba; e Bandeirantes, que liga Campinas e Santos, tendo por principal importância a integração de seus respectivos aeroportos e portos marítimos, centrais na exportação e importação do país.

⁴⁰ Nessa década, o processo lento e desorganizado que havia caracterizado a expansão periférica até então dá lugar ao crescimento acelerado das favelas e loteamentos irregulares, de modo que o padrão de ocupação das áreas pobres passa a ser caracterizado por loteamentos de “enormes glebas distantes da malha urbana e sem nenhuma infraestrutura” (Fonseca, 2014, p.39). Somente na década de 1970, o número de habitações precárias e irregulares cresce mais de dez vezes. Ainda, ao passo que 4% dos loteamentos e ocupações irregulares da cidade são da década de 1960, na década de 1970 esse número chega a 29% e, ao longo dos anos 1980, retorna para 21% (Fonseca, 2014, pp.40-1).

⁴¹ Vale dizer que o crescimento da violência nesses processos é agravado, ainda, com a aprovação da Lei 6.766 de 1979, conhecida como Lei Lehmann. Essa lei, que normatiza o parcelamento do solo, é voltada a inibir os loteamentos irregulares e clandestinos, obrigando proprietários e poder público a instalar serviços e infraestrutura básica (como saneamento, eletricidade, etc.). No entanto, ela intensificou a fiscalização e vigilância sobre os imóveis e terras improdutivas, sobretudo os ocupados, e justificou remoções violentas, induzindo o tratamento do déficit habitacional urbano como “caso de polícia (Fonseca, 2014, pp.39-40).

⁴² Um dos principais e primeiros movimentos que emergem nessa época voltados à disputa da terra urbana, fomentando outras formas de organização dos bairros, é a Assembleia do Povo, que esteve ativa em Campinas entre 1975 e 1982. Tratava-se, em linhas gerais, de um movimento de habitantes de favelas e ocupações precárias, organizado a partir de associações de moradores, que apresentava múltiplas reivindicações ao poder público, tendo a habitação - principalmente a questão da posse de terra e da urbanização das favelas e ocupações - como eixo central, além de uma crítica à marginalidade e busca de participação política. Cf.: Lopes, 1988.

e dos sindicatos de trabalhadores industriais de Campinas, e, em um segundo momento, entre o fim da década de 1980 e a metade da década seguinte, ONGs e articulações feministas voltadas à educação popular e às ações nas comunidades. A experiência da vida nas periferias e a crítica à marginalidade política de seus habitantes (Lopes, 1988, Cap.1) é central para as reflexões, formação e demandas políticas forjadas nesses grupos e articulam-se como elementos genealógicos desse discurso a piora das condições de vida das classes trabalhadoras, a repressão política da ditadura, a migração inter-regional e a posição das mulheres na sociedade e na política, constituindo um discurso que, outrora identificado com os “movimento de mulheres” ou “luta feminina por condições de vida”, migra, em Campinas, para autodenominar-se “feminismo popular” (Medeiros, 2016).⁴³ Aqui, a referência é principalmente ao Grupo de Mulheres na Periferia (GMP), as Promotoras Legais Populares (PLPs) e o grupo Flores do DIC.

Dentre esses movimentos, o Grupo de Mulheres na Periferia (GMP) é exemplar. Formado em 1980 como entidade articuladora de uma série de grupos precedentes de mulheres dos bairros periféricos,⁴⁴ o GMP tem suas origens relacionadas, por um lado, à busca de equipamentos públicos e condições melhores de vida (saneamento, serviços de saúde, creche e educação, principalmente), e, por outro, às CEBs e à Pastoral Operária, nas quais começaram sua articulação autônoma dado o lugar reservado às mulheres na luta sindical e a reduzida “participação feminina nos espaços de decisão nas comunidades” (Roy, 2012 p.30).⁴⁵ Imiscuídas nessas questões estão as condições encontradas pelas massas de trabalhadores migrantes que chegavam à cidade - no caso do GMP, vindas principalmente da região nordeste e dos estados de Minas Gerais e Paraná - e a oposição à ditadura militar.

⁴³ A *mudança de denominação* que sugere, ao menos nesse caso, que os grupos que se autodenominavam ‘movimentos de mulheres’ nos anos 1970 e 1980, rumaram, mediante interlocuções com outros movimentos sociais, ONGs e com o Estado, para entenderem-se como ‘feministas populares’.

⁴⁴ Ao longo da atuação do GMP, esses grupos se mantêm como aporte de chegada e organização do mesmo. Assim, em alguma medida, o GMP é similar à FMNCR, funcionando como um fórum geral de movimentos sociais voltados às questões, no caso, de mulheres da periferia.

⁴⁵ O GMP foi formado a partir da Primeira Semana da Mulher, organizada, segundo Roy (*idem*, p.?), pela Igreja Católica, a qual era uma semana de discussões sobre as várias facetas da vida feminina na periferia.. Nos anos seguintes, o grupo se encarregou de organizar essas semanas.

Ao longo de suas décadas de existência, o GMP modificou levemente sua atuação, mas manteve como centrais as demandas e realidades das *mulheres populares*⁴⁶. Tendo como “nós articuladores” (Alvarez, 2014, p.?) as CEBs, a Igreja e os movimentos populares, o GMP inicia sua atuação em vínculo com os movimentos pelo rebaixamento do custo de vida e contra a carestia (Roy, *ibidem*, p.49), voltando-se a à disputa por participação nos movimentos e grupos pertinentes à periferia e à luta por condições de vida nos bairros e no mundo do trabalho. Segundo Lise Roy, os grupos de bairro são “a essência do GMP” (*Idem*, p.88), “pois entendemos que a realidade a ser mudada se inicia no lugar de vivência” (*Idem*, p.26). De forma geral, “o objetivo expresso no grupo, ora explicitado, ora diluído na forma de empreender as lutas, era garantir o empoderamento⁴⁷, isto é, desenvolver em nós mesmas a autoestima e a autoconfiança em toda a vida familiar e social, no trabalho e na participação social, eclesial e política.” (*Idem*, pp.22-3). Nesse sentido, ainda que a prioridade fosse a disputa com o poder público na garantia de condições de vida, a questão das mulheres também é central. Em 1982, um boletim referente à Semana da Mulher deste ano explica os propósitos de uma tal atividade:

Para pensarmos melhor o que nós mulheres fazemos e deixamos de fazer; para alertar as mulheres sobre o que acontece: discutir o que a televisão apresenta, o que falta em nossas casas, por que o marido tem que trabalhar tanto e ainda viver tão apertado? Para nos conscientizar dos nossos direitos de mulher e, sobretudo, tomar opinião para juntas fazermos alguma coisa para resolver os nossos problemas. (Roy, *idem*, p.52, grifo no original)⁴⁸

⁴⁶ Uma denominação empregada nesse e em outros grupos semelhantes. Encontraremos várias definições dessa designação nos grupos feministas populares; em todas elas, é sensível a marcação de gênero e classe, ou, como diz Roy (*idem*, p.18), a expressão marca “a origem social” dessas mulheres.

⁴⁷ Acerca da noção de *empoderamento*, vale mencionar o que diz Lise Roy (2012, p.22, nota 8), discutindo uma compreensão coletiva do GMP expressa no boletim produzido para Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: “Na época, não conhecíamos a palavra, mas descobrimos que ‘é o processo pelo qual as mulheres ganham poder interior para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, identidade própria e autoestima, exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais e, assim, transformar as relações desiguais de poder em favor das mulheres”. Essa compreensão é especialmente significativa por ter sido desenvolvida no diálogo e ações das mulheres envolvidas no grupo.

⁴⁸ Dentre as temáticas específicas que foram estudadas e discutidas nesta semana, encontram-se: saúde, “abrangendo o *direito à vida* e contra o *controlidade da natalidade imposto pelo governo*”; educação dos filhos e crianças; “relacionamento conjugal, abrangendo a sexualidade e as relações familiares”; trabalho e renda, “abrangendo desemprego, política sindical e sindicatos”; direito à creche “para a mulher trabalhadora, inflação, custo de vida, participação da mulher na sociedade e na política, direitos, violência e a mulher cristã na Igreja” (Roy, *idem*, pp.52-3, grifos adicionados). Destaca-se, portanto, uma pauta centrada nos direitos das mulheres, ainda que não se declare, nesse momento, feminista.

Nesse período da atuação do GMP, em que as mulheres populares aparecem como uma *periferia da periferia* e o machismo é apresentado como um bloqueio à sua participação política nas comunidades,⁴⁹ o GMP realizou também cursos, palestras, seminários e plenárias (além das comemorações anuais do 8 de março) com as mulheres dos grupos dos bairros, visando articular, a partir do chão comum da periferia, os problemas cotidianos e demandas políticas dessas mulheres.

Na segunda década de atuação, iniciando-se após a participação do GMP na discussão da Constituinte em diversas esferas públicas regionais, municipais, nacionais, etc., “aprofundou-se a participação em conselhos de controle social e cidadania na busca da qualidade dos equipamentos sociais públicos” (Roy, *Idem*, p.23). Nessa época, uma série de estudos, formações e oficinas começam a ser realizadas, garantindo a ampliação das disputas com o poder público e, sobretudo, com o machismo nas comunidades e movimentos sociais. É nessa época, portanto, que, além de discutir os textos produzidos pelas organizações de bairro e pelo próprio GMP, o que já ocorria, expandiram suas atividades e rede de aliados para, então, dialogar com outros grupos, textos feministas (acadêmicos ou não) e ampliar, a partir das oficinas, não apenas o conhecimento sobre essas discussões, mas a interlocução - segundo Roy (*ibidem*, p.54), o formato oficina teria encantado o grupo e sido incorporado rapidamente *principalmente* por ser um meio de “propiciar a fala de todas as participantes” (*idem, ibidem*).

Segundo Roy:

A oficina propunha ao grupo a construção coletiva de uma nova ideia ou conceito, partindo da realidade concreta. Não havia líder que sabia e transmitia conhecimentos. Existia apenas a figura de monitor/a do tema - pouco importava o nome dado - que suscitava a reflexão a ser feita pelo grupo por meio de técnicas apropriadas. Ele/a facilitava a expressão corporal, liberava a fala, dinamizava as discussões e organizava as informações recebidas, devolvendo-as ao grupo e explicitando o processo de aquisição de conhecimentos. (*Idem*, p.55)

⁴⁹ Destaque-se aqui a reiterada percepção do machismo, seja em suas relações pessoais ou sociais (profissionais, de inserção em movimentos sociais e participação nas disputas com o poder público), como fundamental a essa categorização. Um interessante exemplo e que evidencia o paradoxo da participação política das mulheres na periferia pode ser encontrado na reportagem citada no título desse tópico. Na já mencionada entrevista com uma das coordenadoras da Semana da Mulher, destaca-se a seguinte fala: “Foi um primeiro passo para descobrir que a mulher tem um papel na sociedade. *Ela participa de tudo, mas não pode ter a decisão*. Vai à feira, leva o filho na escola, cuida da família e, com isso, ela sente e vê a realidade. [...] a gente não pode nem sair de casa para se reunir e discutir os problemas. Se vai sair de casa, precisa se justificar, tem que dar um jeitinho e quando volta nem acha jeito de discutir com o marido o que foi falado nas reuniões. *A mulher não participa de nada*” (Roy, *idem*, p.53, grifos adicionados).

A partir desses diálogos - que versavam, nessa década, sobre temas como amor próprio, comunicação, relações de gênero, patriarcado, saúde, família, etc., e orientavam a perspectiva política do grupo para um imaginário *declaradamente* feminista -, uma grande parte das mulheres do GMP construiu seu entendimento próprio de feminismo e a se entender como tal.⁵⁰

Ainda, o crescimento da cidade, as alterações em seus padrões de ocupação e a ampliação e deslocamento dos territórios considerados parte da periferia gera um debate acerca do nome do grupo:

Constatou-se também o crescimento geográfico do município. Assim, muitos bairros que até então eram periféricos, estavam rodeados por novos empreendimentos imobiliários ou ocupações em terrenos públicos. Em consequência, o nome não correspondia à realidade. No entanto, as reflexões sobre o empoderamento das mulheres prosseguiram, e as dificuldades na participação política apareciam com maior clareza. (...) Em 1999, consagrou-se Grupo de Mulheres na Periferia com a reflexão a partir da sugestão de Fátima Barbosa. A sigla GMP mantém-se até hoje, com um novo significado: *as mulheres continuam na periferia das decisões, sendo distantes do poder de decisão no mundo que as cerca.* (ibidem, p.31, grifos meus)

A sugestão - mudar o nome de Grupo de Mulheres *da* Periferia para Grupo de Mulheres *na* Periferia - marcava, na perspectiva do grupo, “a nova visão política que construímos e o desafio de *fazer valer “a periferia política” em que as mulheres se encontravam*” (Idem, p.25, grifos meus). Esse deslocamento ou adição no campo semântico da periferia é significativa à medida em que *nomeia* uma identidade política que, ao mesmo tempo que segue vinculada às demandas “dos bairros”, se torna progressivamente mais vinculada à questão das mulheres; é parte, portanto, do processo de conformação do chamado “feminismo popular”.

⁵⁰ Vale ressaltar, também, a fala de uma das integrantes do GMP acerca das oficinas: “Começavam com canto, dinâmica e depois tinha perguntas pros grupos e uma relatora. Muitas vezes se abria a palavra para depoimentos. Eu tenho guardado no coração depoimentos muito tristes, doloridos... *elas me ajudaram a construir a consciência e ser, mais adiante, uma feminista*” (Maria Inês Batista Dutra, citada em Roy, *idem*, p.55, grifos meus). De forma semelhante, Magali Mendes, uma das promotoras legais populares entrevistadas na pesquisa me relata que, mesmo tendo experiência consolidada de militância em sindicatos e movimentos negros, “não tinha ainda me autodeclarado feminista. Eu acho que as PLPs elas têm duas importâncias pra mim, a primeira importância é essa de perceber que, de verdade, *tudo que eu fazia, tudo que eu acreditava era feminismo*, né, porque (...) [nos outros movimentos] desde o início eu comprei grandes paus com os caras e fui pra cima, e sempre defendi a posição das mulheres, né, essa é uma coisa. A segunda coisa é que *pra mim as PLPs é uma estratégia de dialogar com as mulheres negra e pobres*, porque como PLP eu dialogo mais, porque eu venho com um discurso, com a indagação de “quem somos nós mulheres?”, né, que que nós somos na sociedade, que que é violência, e o que que é isso concreto que você tá passando, não é um discurso só racial, é um discurso mais completo do ponto de vista de que, se é verdade que eu sou a mais pobre do mundo, como PLP eu dialogo com as mais pobres, com as minhas iguais” (Entrevista Magali Mendes, realizada em junho de 2018).

Por fim, a partir de 2000, o GMP se envolveu na construção da Marcha Mundial das Mulheres em Campinas e ampliou suas conexões com braços do Estado, como a Coordenadoria Municipal da Mulher (CMM, criada em 2002) e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM), o que teria aumentado o número de políticas para as mulheres na cidade, muitas vezes produzidas em interlocução direta com os movimentos - como, por exemplo, no caso do Orçamento Participativo Municipal (*Idem*, p.59). Reforçando a orientação do período anterior - isto é, a aproximação da agenda feminista - e suas interlocuções com o Estado⁵¹ e com outras instituições campineiras⁵², o GMP segue realizando formações, protestos e demandas ao poder público, assim como as oficinas, agora com predominância de temas alinhados à agenda feminista e comumente em parceria com o Estado - não apenas com os conselhos, mas com agentes de saúde, assistência social e políticas públicas. Contudo, a posição expressada pelo grupo, desenvolvida ao longo de sua atuação é que “quaisquer que sejam as cores dos governos, (...) a organização das mulheres deve ser autônoma e seus eventos comemorativos devem ser suprapartidários” (*Idem*, p.77).

O GMP é, portanto, um dos grupos que desenvolve a denominação “feminista popular” como um campo de ativismo e pensamento político que pensa a pauta feminista e o lugar das mulheres na sociedade e na política a partir de um olhar para as demandas desse grupo *na periferia* e, dentro dela, *como periferia da periferia*. Nessa denominação - a qual, segundo minhas interlocutoras, considera sobretudo as questões de *gênero* e *classe*, ainda que sejam, também, majoritariamente negras⁵³ - incluem-se também as PLPs e o grupo Flores do DIC, ambos formados nos anos 2000.⁵⁴ Ao contrário do GMP, esses grupos já iniciam suas atividades com essa marcação, como evidencia Maria Regina Teodoro quando me relata a formação do grupo de PLPs em Campinas:

⁵¹ Um dos fatores que propiciam essa aproximação e que deve ser marcado é possivelmente a gestão municipal de Izalene Tiene (PT), participante do GMP que assumiu o cargo após o assassinato do prefeito Toninho (PT), de 2001 a 2004. Aqui, assim como no trabalho de Jonas Medeiros (2016), o Partido dos Trabalhadores pode também ser considerado um “nó articulador” (Alvarez, 2014, p.?) dos feminismos populares.

⁵² A partir dos anos 2000, principalmente, o GMP também amplia sua interlocução com algumas acadêmicas feministas, como a Profa. Ana Fonseca (NEPO-Unicamp).

⁵³ Magali Mendes, por exemplo, me relata que havia uma recusa muito grande em tratar a questão racial nas PLPs (o que associa à formação “feminista clássica” de boa parte das promotoras fora de Campinas), algo que vem sendo pautado desde os anos 2000 e que, ainda que permaneça conflituoso, tem avançado.

⁵⁴ O Flores do DIC em 2005 e as PLPs, em sua formação atual, em 2003.

as PLPs já esteve aqui pelo SOS Mulher, dois anos e depois morreu, não vingou. E aí a Magali resolveu trazer, aí a gente pensou num formato né, diante daquela necessidade que ela estava vendo, qual que é o formato? É o mesmo [*do curso anterior, que não havia vingado*]? Não, não é o mesmo. a gente vai fazer uma formação, assim, assim, assim para atingir quem? Para atingir as mulheres da periferia que estão morrendo, que estão sofrendo, que estão com dificuldade de viver com os filhos usuários de droga, e tudo isso (...) Tem coisas que são difíceis, mas a gente lida só com mulheres e isso é muito bom, isso ajuda a fortalecer tanto a questão racial, como as domésticas, como a mulher comum, as mulheres da periferia, a gente atinge mais elas diretamente. Então, eu acho que as PLPs foi uma chave que a gente achou pra tudo, e aí, a partir dela, a gente vai com as mulheres dos bairros, das associações, com as mulheres da periferia, fazendo outros... interferindo em outras situações importantes sem que elas estejam envolvidas em movimento algum.⁵⁵

A marcação “feminista popular” parece se dar, também, em oposição ao chamado “feminismo clássico”, uma nomeação que aponta para as construções e ações feministas de mulheres de classe média, acadêmicas ou participantes de grandes ONGs feministas. Ainda que eventualmente esses grupos se tornem interlocutores mais constantes, sua perspectiva segue sendo alvo de algumas desconfianças. Se no caso do GMP, o afastamento inicial dos grupos feministas da cidade se deu tanto pelo número pequeno de grupos quanto por objetivos e pautas nem sempre convergiam com as das mulheres da periferia e, ainda, uma espécie de lacuna de entendimento entre os dois grupos⁵⁶, em outros casos a desconfiança e indisposição quanto às ONGs feministas parecem ter sido centrais.⁵⁷

Enquanto a narrativa do GMP deixa entrever uma possível genealogia do feminismo popular em Campinas, a reivindicação dessa nomeação por grupos mais recentes atesta sua permanência nas representações propostas pelos movimentos sociais campineiros. Aqui, a periferia aparece com clivagens internas, como um *lugar para onde se deve olhar* e o ativismo se volta à recomposição de seu tecido social - seja atraindo a atenção do Estado por meio de protestos, seja por meio de intervenções diretas (preservando, resgatando e reproduzindo sua memória e as formas de interação entendidas como tradicionais da comunidade; intervindo

⁵⁵ Entrevista Maria Regina Teodoro, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, integrante e fundadora das Promotoras Legais Populares - Associação Cida da Terra e do Flores do DIC.

⁵⁶ Segundo Roy, “precisávamos nos capacitar para seu entendimento [*dos grupos feministas da época*]” e, por outro lado, “aproximá-los da realidade concreta vivida” (Idem, 21).

⁵⁷ Sobre a formação das PLPs em Campinas, Magali Mendes explica: “Decidimos que iamos fazer uma associação em vez de fazer uma ONG, que todas nós éramos *traumatizadas com ONG*. (...) Foi muito tranquilo pra nós decidir que *a gente não queria um perfil de presidência, de ONG, que prendesse as mulheres à gente*” (Entrevista, 06

em situações de desequilíbrio, violência ou privação extrema por meio de esforços coletivos). Essa perspectiva, a qual responde também a transformações no contexto social, está no cerne da prática do “feminismo popular”.

Do “território da marginalização” ao “lugar da política”: a periferia como perspectiva.

O terceiro conjunto discursivo é enunciado por coletivos formados por militantes mais jovens, majoritariamente nascidas nas décadas de 1980 e 1990, que iniciaram sua caminhada política a partir dos anos 2000 e 2010. Assim como nos feminismos populares, há grande número de pessoas vindas de fora de Campinas nesses grupos; diferentemente deles, porém, boa parte dessas migrantes vem do estado de São Paulo, iniciando em Campinas sua atuação política, muitas vezes em concomitância com experiências na universidade. Nas ações desses grupos - entre os quais predomina o formato de organização *coletivo*, com menos participantes - têm prioridade os eixos da educação e da cultura, com grande número de formações coletivas, rodas de conversa, atividades culturais, saraus, batalhas de hip hop, etc. Trata-se de grupos feministas interseccionais, LGBTQI e grupos jovens de bairros periféricos.

O Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, iniciado em 2014, é um caso interessante para pensar esse repertório discursivo. Ele é formado inicialmente por um grupo de jovens negras que se conhecem na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Unicamp, onde desenvolvem diferentes trabalhos, e que, na condição de amigas, iniciam debates sobre interseccionalidade e feminismo negro. Conversando sobre as proposições teóricas de feministas negras que examinaram a interconexão de estruturas de poder nas experiências sociais de mulheres negras, como Kimberle Crenshaw,⁵⁸ propõem-se a reflexão acerca dos contornos específicos da interseccionalidade no Brasil, em São Paulo e em

⁵⁸ Teórica racial crítica e feminista negra norte americana que foi a primeira a empregar o termo *interseccionalidade*, em referência a problemas de enquadramento das mulheres pobres e não brancas nas políticas sociais, jurídicas e interpretações sociais propostas por grupos anti-racistas, feministas e pelo Estado. Para sua formulação da interseccionalidade, ver: Crenshaw, *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. In.: University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, no. 1, 1989, pp. 139-67 Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. e *Mapping the margins. Intersectionality, identity politics and violence against women of color*. In.: Stanford Law Review, vol. 43, 1991, pp. 1240-1299.

Campinas, escapando a uma incorporação acrítica de noções formuladas em outros contextos.⁵⁹ Logo no início da organização do grupo, a inquietação em torno do conceito - que, inclusive, levou a um debate se o grupo formado deveria ser um coletivo político ou um grupo de estudos - foi canalizada em uma proposta de ação coletiva vinculada às experiências e ao posicionamento das mulheres negras na sociedade brasileira, tendo como principal referência a filósofa Lélia Gonzalez. Nesse sentido, partindo de uma proposição da heterogeneidade das mulheres negras brasileiras, as primeiras atividades presenciais do coletivo - armadas a partir de um grupo de Facebook denominado “Feminismo Negro Interseccional Campinas”⁶⁰ - foram voltadas a “escutar as percepções das presentes”⁶¹, discutir o significado de questões como afetividade e a identificação enquanto mulher negra, levando em conta e valorizando “a vivência trazida” por cada uma das participantes (Silva, 2017, p.14).

Considerando o perfil das participantes - mulheres negras, em sua maioria na faixa dos 25-35 anos e em diferentes níveis da formação superior, as quais passaram a maior parte de suas vidas (ou suas vidas inteiras) em diferentes bairros periféricos urbanos -, a proposta de ação construída para o coletivo se orientou para o desenvolvimento de formações políticas nos territórios periféricos de Campinas. Segundo seu documento referencial, a “Proposta política e pedagógica” do coletivo (Silva, 2017, p.14-16)⁶², a definição de seu foco de atuação como as periferias urbanas se desdobra em um mapeamento dessas comunidades e das formas de

⁵⁹ Segundo Taina Santos, então integrante do CMNLG e do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp: “A história dos Estados Unidos é uma história. Nós temos que ler mulheres negras brasileiras se a gente tá se propondo a fazer um negócio sério. A gente tem que conhecer e estudar os movimentos de feministas negras brasileiras. Não só ler, participar. Aí entra a Frente [FMNCR]: conviver com essas pessoas. Aí entra a marcha de mulheres negras, do Brasil inteiro. *Primeiro temos que pensar o que seria essa experiência para pensar o que seria a interseccionalidade a partir da nossa perspectiva.* Lógico que temos isso como horizonte. [...] A gente não pode pegar essas experiências e ir transplantando, que eu acho que é uma coisa que estão fazendo muito atualmente. Na minha opinião, esse coletivo [CMNLG], eu enxergo ele nessa chave: nós estamos trilhando um caminho para pensar o que é ser mulher negra brasileira, pra organizar isso, pra poder nos formar e formar outras pessoas, contribuir também nesse sentido” (Entrevista Taina Santos, setembro de 2016).

⁶⁰ O uso das redes sociais, central nas novíssimas gerações feministas negras (Rios e Maciel, 2018) e nas feministas periféricas paulistanas (Medeiros, 2016), é também central, sendo ampliado nesse grupo de militantes em relação aos anteriores. Embora os grupos possuam páginas no Facebook e tenham na internet uma ferramenta central para sua organização, atividades e debates, as ativistas desse grupo priorizam as atividades “presenciais” ou fora das redes. Inclusive, alinham-se às críticas mais comuns das gerações mais antigas de feministas negras e/ou periféricas, as quais “ressentem-se da baixa presença de famosas ativistas digitais na construção coletiva de marchas, encontros e organizações negras ou até mesmo de coletivos políticos” (*Idem, ibidem*).

⁶¹

⁶² Tive acesso a esse documento escaneado em um texto escrito por Sidélia Silva, militante do CMNLG e do Feconezu, o qual não foi publicado.

organização e atuação política já vigentes neles,⁶³ sobretudo as voltadas às mulheres negras, visando à construção de diálogos e trocas com esses grupos. A partir do mapeamento dos territórios periféricos, o CMNLG definiu alguns territórios prioritários e se inseriu em algumas atividades em cada um deles.

No período do trabalho de campo, o coletivo realizava atividades, formações e debates recorrentes com: (i) grupos de jovens, cursinhos populares, o conselho tutelar, além de outros atores e grupos voltados à questão das juventudes periféricas e negras, como debates acerca da universidade, das relações entre eles e de pautas de movimentos sociais diversos;⁶⁴ (ii) ações conjuntas com MCs e organizadores dos eventos de hip hop na região, como a “Batalha do Conhecimento”, em que os MCs jovens eram estimulados a compor letras sem o uso de estereótipos acerca de mulheres, negros, população LGBTQI, entre outros; (iii) atividades com as trabalhadoras terceirizadas na Universidade Estadual de Campinas e suporte às suas demandas na interlocução com os sindicatos e instâncias decisórias da universidade, bem como atividades de formação com as trabalhadoras domésticas; (iv) e alguns cursos, rodas de leitura e cinema e debates em um presídio feminino da região, que, depois, deram lugar a um curso de promotoras legais populares para as detentas.

Os “territórios periféricos” com os quais dialoga, portanto, coincidem e extrapolam a periferia contida nos bairros afastados do centro e majoritariamente habitados por membros das classes baixas. Isso fica especialmente evidente em algumas falas - por exemplo, quando uma das participantes menciona o trabalho no presídio, me dizendo que este “é uma periferia no sentido de exclusão... privação de liberdades. Tá numa periferia do direito de ir e vir”.⁶⁵ Para além da experiência nos territórios periféricos urbanos, o que define, então, a periferia conforme empregada pelo CMNLG?

⁶³ No documento que formaliza as propostas e atividades do grupo, encontram-se listados, por exemplo, os seguintes objetivos: “trabalhar com as comunidades de mulheres negras e grupos de jovens da periferia de Campinas/São Paulo/Brasil”, “conhecer as dinâmicas de resistência dos grupos periféricos já existentes e organizados de Campinas/São Paulo/Brasil”, “Mapear as comunidades de coletivos de mulheres negras de Campinas/São Paulo/Brasil” (In.: Silva, 2017, p.14).

⁶⁴ A ação com a juventude é uma das prioridades do CMNLG, como vemos na lista de focos da Proposta Político-pedagógica: “amparar as mulheres negras jovens para que tenham autonomia para decidirem sobre o que podem fazer e qual pode ser o seu âmbito de militância” (Silva, data, p.14)

⁶⁵ Entrevista Anselma Sales, integrante do CMNLG e do CONEPPA (Coletivo Negro com Práticas Pedagógicas em Africanidades), em dezembro de 2016.

Conforme apontam uma série de falas, a definição da periferia no CMNLG aparece atrelada à noção de *privilégio* - isto é, o acesso sistemático, irrestrito e historicamente garantido a um determinado bem social, ou, ainda, uma prerrogativa válida apenas para determinados grupos sociais (brancos, homens, de classe média ou alta, por exemplo):

Eu acho que no Lélia quando a gente pauta periferia enquanto categoria, a gente está apontando para uma localização mesmo geográfica da qual o Estado não garante as oportunidades nesse sentido de *acesso* (...) e aí quando eu falo localização geográfica não é nem tanto, e não é mesmo, uma questão desse referencial do que é centro e do que é borda, mas é pensar essa categoria mesmo de onde a gente olha, e você vê que ali está *um conjunto que quase nada é privilegiado*.⁶⁶

Nessa fala, encontra-se sintetizada uma oposição frequentemente encontrada nas proposições desses coletivos, por meio da qual *periferia* é dimensionada, para além do território ou dos corpos que o povoam, como *o inverso do privilégio*. Esse vínculo pode, ainda, ser visto na fala seguinte:

essa ideia do privilégio, no Lélia a gente tem sempre muito focado a questão da raça, a questão do gênero, a questão, que de alguma forma... eu vou chamar de socioeconômica, para além da classe, mais pra trazer mais esse aspecto do que chegou ali de *acesso*, a política pública do Estado, o que que ali é ofertado. *A nossa periferia, ela está neste lugar direto de análise*. Quando eu olho para as trabalhadoras do sexo, eu tô olhando para uma pauta, mas necessariamente eu não estou fazendo essa decupagem de qual é a escolaridade, se é universitária, se não é... percebe?⁶⁷

Para além das demarcações mais precisas do campo do privilégio, portanto, a periferia aqui aparece não como um dado *a priori*, mas como algo cuja definição depende de uma *análise*.⁶⁸ Ainda, vale notar a noção de *acesso*, que também aparece nessa fala, a qual é por vezes apresentada como mediadora entre “a periferia” e “o privilégio”. Segundo essas falas, enquanto *privilégio* refere-se à atribuição desigual de bens e recursos sociais a alguns grupos justificada por ideias meritocráticas (as quais desconsideram a opressão e os diferentes sistemas de poder social como moldadores de trajetórias), *acesso* descreve a trajetória de

⁶⁶ Entrevista Rosana Meneses, em agosto de 2018.

⁶⁷ Entrevista Rosana Meneses, em agosto de 2018.

⁶⁸ Nesse sentido, vale trazer também a noção de “sexualidade periférica” construída pelo Aos Brados, a qual, além de apontar para uma vivência específica das sexualidades não normativas na periferia, é construída pensando a marginalização das demandas de grupos LGBTQI negros e periféricos, os quais não seriam integrados nos grupos negros (nessa perspectiva, acusados de LGBTfobia) e tampouco nos grupos LGBTQI, os quais são caracterizados como predominantemente brancos e de classe média, além de muitas vezes machistas.

pessoas que, por diversos fatores, conseguiram contornar os limites e “bloqueios” e ingressar em tais ambientes restritos.

A preocupação nesse sentido, principalmente voltada às jovens negras e à juventude negra e periférica em geral parece relacionar-se com as trajetórias dessas militantes, elas mesmas jovens negras periféricas, as quais entendem-se como “furadoras de bloqueio”⁶⁹ por conta de seu acesso à universidade e outros ambientes vistos como reservados aos grupos sociais privilegiados - isto é, vedados ou “bloqueados” aos pertencentes de outros grupos sociais:

O Lélia [CMNLG] então tem essa proposta de trabalhar com formação em comunidades periféricas. Por que? A maioria de nós, não todas, somos acadêmicas.⁷⁰ Então é um jeito de gente retribuir isso. Todas do Lélia saíram de comunidades periféricas (...) então, é um jeito de retribuir esse conhecimento que eu tenho acesso e levar ele pra outras pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que eu... porque é isso, né, *eu furei o bloqueio*. Sou exceção entre um monte de gente dentro da regra e quero que essa exceção se torne regra.⁷¹

Dentre os ambientes restritos, a universidade (especialmente a universidade pública) tem destaque, muitas vezes aparecendo como o lugar do privilégio *por excelência*, o que é explicado pelo contexto específico do estado de São Paulo, atrasado em quase uma década em relação às universidades federais na implementação das ações afirmativas para negros no ensino superior. Dessa forma, a pauta das ativistas - já inseridas na universidade a esse ponto - se voltou à universidade, centralizando o debate das cotas. Ainda, esse olhar para a universidade como um ponto estratégico à manutenção das hierarquias sociais se relaciona com sua percepção mais amplamente nos movimentos da periferia campineira. Com frequência, as menções à universidade, mais especificamente à Unicamp, passam por seu distanciamento da comunidade campineira em geral, a qual, segundo as militantes, seria conhecida como um hospital⁷². Nesse sentido, a universidade aparece também como um

⁶⁹ Expressão usada por uma das participantes em sua entrevista (e também de forma mais geral no grupo). A ideia de ‘bloqueio’ me foi explicada por uma das ativistas do CMNLG valendo-se do texto *Emparedado*, de Cruz e Souza, no qual, em sua interpretação, o autor se queixaria por, a despeito de seu mérito e trabalho, encontrar sempre uma parede ou bloqueio no caminho de suas ambições.

⁷⁰ As participantes do CMNLG, à época do campo, estavam todas em algum ponto da formação superior, a maior parte delas na pós-graduação.

⁷¹ Entrevista Sidélia Silva, *idem*.

⁷² Mais de uma vez, ouvi coisas como “quando eu passei na Unicamp, minha mãe contava pros vizinhos e eles perguntavam se eu tinha ficado doente ou me machucado” ou “as pessoas nem sabem que ali é uma universidade, só conhecem o hospital”.

demarcador dessa periferia. Um exemplo nesse sentido é o diálogo seguinte, em que uma militante me relata um desentendimento que fez com que ela saísse de um determinado coletivo e fosse para outro, de caráter “periférico”. Pergunto a ela se o grupo anterior era também formado por pessoas da periferia; rindo, ela me responde: “Nããão! *Taquaral, Cambuí, central, acadêmica, psicóloga*”⁷³. Aqui, “acadêmica” integra um conjunto de características apresentado como em oposição às da periferia. “Psicóloga”, na mesma linha, indica uma profissão para a qual o ensino superior é uma exigência, sugerindo que o acesso a ele demarca, também, quem está ou não na periferia.

Por isso, ainda mais que as atividades culturais, a *formação* é o principal instrumento do coletivo, estando prevista tanto externamente - isto é, em outras comunidades, em parceria com os movimentos e organizações análogos dessas localidades - quanto internamente - isto é, formações voltadas ao aprofundamento das próprias participantes em alguns temas e questões. Em todos esses casos, o objetivo das formações está relacionado à “ampliação do campo de visão político dos membros da comunidade e dos coletivos em relação à intersecção de raça, classe e gênero.” (Silva, *ibidem*, p.15). Durante o trabalho de campo, o CMNLG realizou, além de uma série de formações frequentes (pelo menos todo mês), dois ciclos de formações sequenciais, constituindo espécies de cursos. O primeiro deles foi realizado em 2017 na Casa de Cultura Tainã e teve como temas dos encontros, entre outros, a ideia de interseccionalidade, a formação racial brasileira (discussões acerca miscigenação, mestiçagem, branqueamento, democracia racial, racismo cordial, etc.) e as mulheres negras em partidos de esquerda. O segundo foi iniciado no segundo semestre de 2018 com o título “Relações Raciais” e, além das integrantes do CMNLG, teve formações de uma série de militantes de outros grupos e pessoas próximas do coletivo. Alguns dos temas foram, além dos presentes já no outro curso, a história do movimento negro em Campinas, as proposições dos movimentos de mulheres negras, sincretismo e apropriação cultural, branquitude e branqueamento, entre outros. Nessas formações, muitas vezes buscou-se valorizar o conhecimento produzido fora da academia, “como os terreiros, as comunidades tradicionais e

⁷³ Entrevista Lúcia Castro, integrante do grupo Aos Brados - Por uma vivência digna da Sexualidade, em janeiro de 2017.

os demais saberes produzidos em espaços não hegemônicos” (Rios e Maciel, 2018) e inseri-los nas conversas. A educação é, portanto, um eixo estratégico e prioritário.

Considerações finais: Corpo, território e política

Delimitei três camadas discursivas sobre a periferia presentes nas discussões da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, as quais correspondem, por sua vez, a grupos de movimentos sociais, atrizes e atores centrais na formulação e divulgação dessas narrativas. Nesses discursos, os sentidos da categoria oscilam, ora mais próximos e vinculados ao espaço urbano, ora centrados em um sujeito coletivo (população negra, trabalhadoras sexuais, mulheres populares, jovens negras, etc.) em relação a esse território, ou, ainda, enquanto um marcador móvel, corpóreo e ao mesmo tempo atrelado às várias instituições, espaços e relações sociais encontradas por essas mulheres em sua experiência. Vinculando, portanto, território, corpo e política, a periferia aparece nesses grupos como, respectivamente: (i) *o lugar resultante da marginalização social* - o território dos indesejados, que formaliza uma relação de segregação e dependência entre os corpos “normais” e abjetos da cidade; (ii) *um lugar para o qual se deve olhar*, cuja experiência cotidiana é refletida e moldada como pauta política para fora e para dentro da comunidade; (iii) *o lugar da política* (Rios e Maciel, 2018), forjado a partir de relações de gênero, raça e classe simultâneas e inseparáveis, e, ao mesmo tempo, *o lugar a partir de onde se olha*, de onde partem as interpretações do mundo, das relações e da sociedade. Como conclusão, aponto alguns elementos acerca das interações dessas perspectivas no âmbito da FMNCR.

Ainda que os três sentidos delineados acima possam sugerir a incorporação ou mesmo a sobreposição da terceira narrativa às duas outras - quase uma “supranarrativa” -, esses repertórios permanecem autônomos e são percebidos como distintos. Isso fica evidente em uma das entrevistas, em que uma militante do campo feminista popular comenta a diferença entre sua visão de periferia e a que percebe nas construções das feministas interseccionais:

Então, elas falam *periférica*, e esse *periférico* delas eu entendo que é as pessoas que estão dentro dos espaços, nesse caso institucional, elas não atuam no sentido da mudança ou no sentido da inclusão, elas falam muito nisso. Eu, quando eu falo de *periferia*, eu falo de *periferia mesmo*, de quem não está no centro, de quem não está nos lugares que são considerados os lugares top, não sei, padrão... *Somos nós*.

Se a diferença não é só percebida, mas marcada em termos de vocabulário e conceito, o fechamento da frase (“*somos nós*”) remete a uma coexistência ou mesmo a um pertencimento. Mas essa separação de sentidos, usos e nomes da periferia é relativamente instável como mostra a continuidade da conversa. Aproveitando a elaboração posterior acerca da definição da periferia a partir da experiência de privação e injustiça, perguntei se em sua ideia de periferia encaixavam-se jovens negras de classe média ou na universidade: “Aí é uma pergunta. Eu não poderia dizer que incorpora porque são negras e nem que não incorpora porque são de classe média. Não sei.”.

Considerando esse movimento de diferenciação e aproximação, marcação e turvamento de fronteiras, que se repete em uma série de outras falas, conversas e entrevistas, sugiro que a ambiguidade é fundamental à conformação da noção de periferia na FMNCR, abrindo as possibilidades de um território compartilhado através das diferenças, uma espécie de *inter-periférico*. Na FMNCR, acompanhando a heterogeneidade entre as participantes, a periferia aparece como um espaço a partir do qual se visa *elaborar* (em vez de simplesmente encontrar) similaridades e distanciamentos. Dotada de sentidos plurais, que escapam à retidão de uma definição fechada ou de uma história única, a periferia aparece amarrada pelo entendimento de que compartilham um espaço marginal na sociedade, o qual, dito em termos de território, corpo ou participação política e social, marca diferença de um padrão ou norma. Nas palavras de Sidélia Silva:⁷⁴ “A gente é muito diferente, e aí uma das coisas fundamentais pela qual a gente se enxergou foi, mano, a gente não tá no discurso universalista. E é exatamente por isso que a gente tem que dialogar”. Na ambiguidade, portanto, há um terreno comum: as margens da experiência universal.

⁷⁴ Entrevista, *idem*.

Bibliografia

Alvarez, Sonia. *Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*. In.: Cadernos Pagu (43), Janeiro/junho de 2014, pp.13-56.

Collins, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. 2a edição. Nova York: Routledge, 2000.

Fonseca, Helena Rizzati. *O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP (1990-2014): as ocupações urbanas - um estudo dos usos do território da região sul*. Dissertação de Mestrado em Geografia (IG/UNICAMP). Campinas, 2014.

Giesbrecht, Erica. *Passado negro*.

Giesbrecht, Erica. *Memória em negro*.

Helene Ramos, Diana. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero. A segregação urbana da prostituição em Campinas*. São Paulo: Annablume, 2019.

hooks, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Nova Iorque: South End Press, 1984.

Kofes, Suely. *Mulher, mulheres. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Lopes, Doraci. 1988.

Maciel, Cléber da Silva. *Discriminações raciais. Negros em Campinas: alguns aspectos (1888-1926)*. Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1985.

Magnani, José G. C. *Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos*. In.: Anuário Antropológico, vol. 38, no. 2, Brasília, pp.53-72.

Medeiros, Jonas. (tese) 2016b.

Negrão, Ana Maria M. *Memória a desvendar os cenários de prostituição em Campinas (1940-1970)*. In.: Anais do X Encontro Regional Sudeste de História Oral, Campinas, 2013.

Pirola, 2005.

Pirola, 2012.

Prefeitura Municipal de Campinas. *Histórico dos Planos Urbanísticos e Planos Diretores de Campinas*. In.: Plano Diretor de Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/historico.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

Ribeiro Martins, Alessandra. *Matriz Africana em Campinas: territórios, memória e representação*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, PUC-Campinas, 2016.

Rios, Flávia; Maciel, Regimeire. *Feminismo negro em três tempos*. In.: **Labrys, 2018**. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>

Rodrigues, Fabíola. *O plano 'Prestes Maia' e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideais de um urbanista*. In :Urbana, vol. 4, no.4, Março de 2011. Dossiê: Os Eruditos e a Cidade. CIEC/Unicamp. Pp.127-151.

Roy, Lise. *Mulheres fazendo história: história do Grupo de Mulheres na Periferia de Campinas (1980-2010)*. Campinas: Editora Setembro, 2012.

Silva. Sidélia Luiza de Paula. *Indicadores dos espaços de mulheres. Uma reflexão sobre a interseccionalidade*. 2016 (No prelo).

Slenes, Robert. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava [1987]. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Tavares, Aline G. C. *A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, IFCH-Unicamp. Campinas, 2014.

Vargas, João H. Costa. *Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro*. In.: Revista de Antropologia, vol. 48, no.1, 2005, pp.75-131.

Xavier, Regina. *Regina Célia. Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP. Campinas, 1993.